

**Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade
para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de Leiria dos
Maiores de 23 Anos – 2013**

**Prova escrita de conhecimentos específicos
De HISTÓRIA**

Instruções gerais

1. A prova é constituída por **6** grupos de questões, devendo ser respondidas apenas 4, à sua escolha.
2. A duração da prova é de 2 horas, estando prevista uma tolerância de 30 minutos;
3. Só pode utilizar para elaboração das suas respostas e para efetuar os rascunhos as folhas distribuídas pelo docente vigilante, salvo se previsto outro procedimento;
4. Não utilize qualquer tipo de corretor. Se necessário risque ou peça uma troca de folha;
5. Não é autorizada a utilização de quaisquer ferramentas de natureza eletrónica (telemóvel, pda, computador portátil, leitores/gravadores digitais de qualquer natureza ou outros não especificados);
6. Deverá disponibilizar ao docente que está a vigiar a sala, sempre que solicitado, um documento válido de identificação (cartão de cidadão, bilhete de identidade, carta de condução ou passaporte);
7. Todas as respostas de opção, correspondência ou de assinalar verdadeiro ou falso devem ser transcritas para a folha de prova;
8. A seguir ao número de cada questão encontra entre parênteses a respetiva cotação.

Leiria, 1 de junho de 2013

Grupo 1

Atente no documento:

“A administração central pertencia ao rei e aos conselheiros, alguns dos quais com cargos bem determinados: a chefia do exército (alferes-mor), a chefia da casa real (mordomo) e a detenção do selo real (chanceler). Antes dos começos do século XIII não existia qualquer registo sistemático dos actos régios. Os originais dos documentos copiavam-se duas ou três vezes e depositavam-se nos arquivos das mais importantes abadias ou igrejas. Com Afonso II, embora mantendo-se o mesmo princípio, começaram a usar-se registos sistemáticos dos actos reais, que conservavam juntamente com o selo e as outras insígnias do poder. Datam igualmente daquele monarca as primeiras leis gerais. Favoritos régios, funcionários e membros da família real formavam um pequeno grupo de pessoas que o rei frequentemente convocava e escutava. Era a sua Cúria ou Conselho.”

A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. I, Presença, Lisboa, p. 85

1.1 Partindo da análise do documento, enuncie os mecanismos mobilizados pela monarquia feudal portuguesa na senda da centralização do poder régio (séculos XII-XIV). [5 valores]

Grupo 2

Atente no documento:

“Esta é a regra e a vida dos Frades Menores, nomeadamente para observar o Santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, vivendo em obediência, pobreza e castidade. (...)

Proíbo estritamente todos os irmãos aceitar dinheiro ou propriedades, tanto em pessoa como através de outrem. (...)

Aqueles irmãos a quem o Senhor concedeu a habilidade para trabalhar, trabalharão com fidelidade e devoção, para que a ociosidade, inimiga da alma, possa ser excluída e não extinga o espírito de prece e devoção a que todas as coisas temporais devem ser subservientes. (...)

Os irmãos não terão nada de próprio, nem casa, nem terra, nem coisa nenhuma, mas como peregrinos e estrangeiros neste mundo, servindo o Senhor em pobreza e humildade, sigam pedindo esmolas confiadamente. Não se envergonhem por isto, porque o Senhor fez-se pobre por nós neste mundo.”

Regra de S. Francisco (1223), in Fernanda Espinosa, *Antologia de Textos Históricos Medievais*, Sá da Costa, Lisboa, 1972, p. 305

2.1 Relacione a análise da Regra de S. Francisco com o contexto de expansão do mundo urbano e a renovação espiritual que marcou a Europa nos séculos XII e XIII. [5 valores]

Grupo 3

3. Atente no documento:

“Economicamente falando, éramos colonos do Brasil, onde um governo corrupto, os ministros de D. João VI, espécie de rei Rene (1) mascarado com o chapéu sujo de Luís XI (2), despendiam estupidamente os impostos ou roubavam-nos para se enriquecerem ou para enriquecerem arrivistas sem mérito ou nobres abastardados. Politicamente falando, éramos colonos ingleses. O nosso exército era um exército inglês, cujos soldados, e quase unicamente os soldados, haviam nascido neste país. Governava-nos um general inglês por intermédio de uma Regência servil que pretendia representar em Portugal o rei detido no Rio de Janeiro. [...] Era uma dominação insolente e brutal; eram a vergonha, a miséria, o aviltamento, o embrutecimento do escravo. Era necessário sair dessa situação ou morrer. Se as ideias liberais não tivessem engendrado a revolução de 1820, uma outra mecha qualquer teria feito saltar a mina. Mesmo extenuados e moribundos, os povos, como os indivíduos, estremecem sempre à vista da morte”.

(1) O Rei René I de Anjou (1409-1480), chamado «o bom Rei René», rei efetivo de Nápoles, rei titular da Sicília, renunciara, após vários esbulhos de que foi vítima por parte de parentes seus, à conduta efetiva dos negócios, preferindo viver retirado na Provença, rodeado de artistas e sábios.

(2) Luís XI de França (1423-1483) reinou desde 1461, lutou contra os nobres. Político astucioso, soube esquivar-se a várias conjuras urdidas contra o seu poder, sendo aliás um grande obreiro da unidade francesa e do poder absoluto dos reis. A sua imagem mítica foi sempre bastante negativa, surgindo como um rei sórdido e maquiavélico.

Alexandre Herculano, “Mouzinho da Silveira ou a revolução portuguesa”,
In *Opúsculos*, tomo I, Lisboa, 1873.

3.1 A partir do documento acima transcrito, analise, fundamentadamente, o descontentamento geral vivido em Portugal nas vésperas da Revolução vintista. [5 valores]

Grupo 4

4. Atente no documento:

“Torna-se necessário deixar que o cidadão trabalhe para si, porque, trabalhando para si, o cidadão trabalhará para o bem da Nação. Porém, este princípio, simples e claro na sua formulação, é de difícil concretização prática numa sociedade onde as pessoas não podem livremente dispor de si mesmas, ou dos objectos que de uma ou outra forma estão sob o seu controlo.

Por isso, se, para Portugal, o único caminho que o poderá arrancar ao abismo e colocá-lo na senda da civilização, da riqueza e do bem-estar social é o trabalho, urge que:

1.º Se liberte o homem, o cidadão, de todos os constrangimentos que o impedem de livremente trabalhar;

2.º Se libertem as coisas (bases materiais do trabalho humano e também o seu resultado) de todos os obstáculos à sua livre circulação e disposição;

3.º Se criem os suportes institucionais que assegurem a liberdade de trabalhar ao homem e a liberdade de circulação e disposição às coisas possuídas pelo homem, ser livre por «natureza». (...)

[...] Para isso é necessário «desarraigar [...] todos os obstáculos opostos ao desenvolvimento das riquezas, hoje se acabará um, depois outro, e assim por diante, a ponto de não ficar impedimento a esse desenvolvimento, que desde então será infalível». [...]

Porém, acabar com o velho, o feudal, e criar o novo, o moderno, exige a conceptualização do novo em termos de princípios gerais. E Mouzinho tem-nos”.

Maria de Fátima Brandão e Rui Graça Feijó, “O discurso reformador de Mouzinho da Silveira”, in *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, pp. 244-247 (adaptado).

4.1 Partindo da análise do texto, relacione as reformas de Mouzinho da Silveira com as necessidades do país, em geral, e da sociedade, em particular, no sentido de “acabar com o velho, o feudal, e criar o novo, o moderno”. [5 valores]

Grupo 5

Sobre o movimento do 28 de maio de 1926, escreve João Bonifácio Serra:

No início do ano de 1926, formam-se juntas militares regionais, tendo por sedes Braga, Coimbra, Lisboa e Évora. Gomes da Costa decide-se em Braga, a 26 de Maio, a tomar a direcção das operações no Norte. Desencadeia-as de 27 para 28. Mendes Cabeçadas, em Lisboa, secunda-o de imediato, reclamando de Bernardino Machado, a demissão do Governo. Este último parece ter-se convencido da possibilidade de um isolamento fácil da conspiração e responde com acções mais intimidatórias do que de força. O certo, porém, é que as adesões ao movimento se sucedem com inesperada rapidez, a par de outras tantas declarações de neutralidade, e a acção popular de rua que tantas vezes "salvara" a República não atinge dimensão nem convicção.

Os diversos segmentos das Forças Armadas que decidiram sincronizar o seu protesto em Braga, a 28 de Maio de 1926, achavam-se unidos contra a partidocracia e a

ineficácia parlamentar, a desordem nas ruas e a crise das instituições. Estamos perante um levantamento militar na lógica de outros movimentos anteriores que recorreram à violência para modificar a situação política.

J. Bonifácio Serra, Portugal, 1910-1940: *da República ao Estado Novo*
Portugal Moderno, 1910-1940, coord. Paulo Henriques,
Catálogo Exposição Portugal-Frankfurt, 1997

5.1. Aponte 3 razões que explicam o movimento do 28 de maio de 1926, justificando cada uma delas. [2, 5 valores]

5.2 Justifique a opinião expressa pelo autor: “O certo, porém, é que as adesões ao movimento se sucedem com inesperada rapidez “ (linhas 6-7) [2, 5 valores]

Grupo 6

Leia o seguinte texto do manual único de Língua Portuguesa, que transmite a opinião às crianças do 3º ano de escolaridade, relativa aos resultados da política do Estado Novo no país:

Com o Estado Novo abriu-se para Portugal uma época de prosperidade e de grandeza, comparável às mais brilhantes de toda a sua história. Começámos a ter dinheiro bastante para todas as despesas do Estado, e ainda para desenvolver a nossa riqueza e levar benefícios a todas as terras, mesmo às mais humildes e distantes. Os nossos campos foram mais bem cultivados e deram mais frutos. A nossa indústria tornou-se próspera. Desenvolveu-se o comércio. Repararam-se as estradas existentes e fizeram-se outras. Rearmou-se o exército. Restaurou-se a marinha de guerra e a mercante. Melhoraram-se as instalações dos portos. Levou-se o telégrafo e o telefone a muitas localidades. Reconstruíram-se e repararam-se edifícios públicos, templos, castelos e outros monumentos que se encontravam em ruínas. Deu-se água potável, em fontes de construção simples mas elegante a muitas povoações que tinham dificuldade em a obter [...]

6.1 Comente a função deste texto, lembrando os seus destinatários. [2, 5 valores]

6.2 Comente a informação veiculada, relativamente aos benefícios que o novo regime afirma ter trazido ao país. [2, 5 valores]